

JUCESP  
13 01 12

---

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª (QUARTA) EMISSÃO DE  
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM DUAS SÉRIES, DA  
ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA  
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, EM  
REGIME DE GARANTIA FIRME DE SUBSCRIÇÃO,  
DA VOTORANTIM CIMENTOS S.A.**

**ENTRE**

7º Oficial do Reg. de Títulos e Documentos  
e Civil de Pessoa Jurídica da Capital  
DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL

18 JAN. 2012

**MICROFILMAGEM**  
1798129

**VOTORANTIM CIMENTOS S.A.,**

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,**

**VOTORANTIM PARTICIPAÇÕES S.A.,**

**E**

**VOTORANTIM INDUSTRIAL S.A.**

---

**DATADA DE  
2 DE JANEIRO DE 2012**

---

JUCESP  
13 01 12

7ª Oficial do Reg. de Títulos e Documentos  
e Civil de Pessoa Jurídica da Capital

18 JAN. 2012

DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL  
R. XV de Novembro, 201 - F: 3377-7677

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª (QUARTA) EMISSÃO DE  
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM DUAS SÉRIES, DA  
ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA  
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, EM  
REGIME DE GARANTIA FIRME DE SUBSCRIÇÃO,  
DA VOTORANTIM CIMENTOS S.A.**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

**VOTORANTIM CIMENTOS S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Praça Prof. José Lannes, nº 40, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.637.895/0001-32, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4.200, Bloco 4, Sala 514, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário"), nomeada neste instrumento para representar a comunhão dos interesses dos Debenturistas da presente 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Emissora ("Debenturistas" e "Emissão", respectivamente), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações");

E, ainda, na qualidade de intervenientes garantidoras,

**VOTORANTIM PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amauri, nº 255, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.082.582/0001-97, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("VPAR"); e

**VOTORANTIM INDUSTRIAL S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Amauri, nº 255, 13º andar, conj. "A", inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.407.049/0001-51, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("VID" e, em conjunto com a VPAR, as "Intervenientes Garantidoras" e, em conjunto com Emissora e Agente Fiduciário, as "Partes").

m



JUCESP  
13 01 12

7º Oficial do Reg. de Títulos e Documentos  
e Civil de Pessoa Jurídica da Capital

18 JAN. 2012

DR. JOSÉ A. MICHALIAT - OFICIAL  
R. XV de Novembro, 201 - F: 3377-7677

Celebram o presente “Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, em Regime de Garantia Firme de Subscrição, da Votorantim Cimentos S.A.” (“Escritura” e “Debêntures”, respectivamente), nos termos e condições abaixo.

## **1. AUTORIZAÇÃO**

1.1 A presente Escritura é celebrada com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 23 de dezembro de 2011 (“AGE”), nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

1.2 A Fiança (conforme definida abaixo) prestada pelas Intervenientes Garantidoras foi autorizada em reunião do conselho de administração da VPAR realizada em 23 de dezembro de 2011, nos termos do artigo 8ª, XI, de seu estatuto social e em reunião de diretoria da VID realizada em 23 de dezembro de 2011, nos termos do artigo 9º, parágrafo 3º, de seu estatuto social.

## **2. DOS REQUISITOS**

2.1 A presente Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

### **2.1.1 Arquivamento e Publicação das Deliberações**

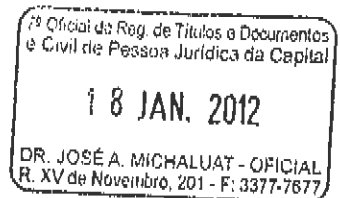
2.1.1.1 A ata da AGE de que trata a Cláusula 1.1 acima foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) em 29 de dezembro de 2011 sob o nº 516376/11-1 e será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário do Comércio, nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.1.2 Os atos societários que eventualmente venham a ser praticados após o registro da Escritura serão igualmente arquivados na JUCESP e publicados pela Emissora no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário do Comércio, conforme legislação em vigor.

### **2.1.2 Arquivamento da Escritura**

2.1.2.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações.

JUL 25 13 01 12



### **2.1.3 Registro da Garantia**

2.1.3.1 Nos termos da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada (“Lei dos Registros Públicos”), a presente Escritura, em função da garantia fidejussória (fiança) de que trata a Cláusula 4.11.1 abaixo, será registrada nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da sede de cada uma das Partes, quais sejam a Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, e a Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, sendo certo que uma via original da Escritura devidamente registrada em referidos cartórios deverá ser entregue ao Agente Fiduciário no prazo de 10 (dez) úteis dias após seus efetivos registros.

### **2.1.4 Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”)**

2.1.4.1 A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, nos termos do artigo 6º da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 (“Instrução CVM 476”), por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição.

### **2.1.5 Dispensa de Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)**

2.1.5.1 A presente Emissão está dispensada de registro na ANBIMA por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição e por não haver prospecto, nos termos do parágrafo 1º do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

### **2.1.6 Registro para Colocação e Negociação**

2.1.6.1 As Debêntures serão registradas para:

- (i) distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados, sendo a distribuição liquidada por meio da CETIP; e
- (ii) negociação no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente por meio da CETIP.

JUCESP  
13 01 12

79 Oficial do Reg. de Títulos e Documentos  
e Civil de Pessoa Jurídica da Capital

18 JAN. 2012

DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL  
R. XV de Novembro, 201 - F. 3377-7677

### **3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

#### **3.1 Objeto Social da Emissora**

3.1.1 A Emissora tem por objeto: a pesquisa, a lavra, a exploração e o aproveitamento em geral de jazidas minerais, a produção, o transporte rodoviário, a distribuição, a importação, a exportação e o comércio em geral de cimento, cal, argamassa, gesso e de respectivas matérias-primas e produtos derivados, afins ou correlatos, fertilizantes e corretivos de solo, artefatos de cimento e seus derivados, afins ou correlatos, a geração de energia elétrica para o emprego em instalações industriais próprias e eventual comercialização de excedentes, serviços de concretagem e outras atividades concernentes ao seu ramo de negócio, a prestação de serviços relativos à construção, supervisão, estudos, exploração do ramo de projetos e execução de quaisquer obras de engenharia civil, em todas as suas modalidades técnicas e econômicas, por conta própria ou de terceiros, por empreitada ou administração, o arrendamento, o comodato e a locação de bens imóveis, a administração e exploração de projetos florestais, bem como dedicar-se a importação e exportação de materiais, máquinas e equipamentos para construção e prestar assistência técnica a empresas que explorem o mesmo ramo de negócio, a prestação de serviços especializados e a intermediação de negócios relacionados com seu objeto social, a prestação de serviços de gestão de negócios, análises de viabilidade econômica de investimentos e de projetos de exploração na área de cimento, cal, materiais de construção em geral e em outras correlatas, não sendo vedada sua participação em outras sociedades como acionista ou quotista.

#### **3.2 Número da Emissão**

3.2.1 Esta é a 4ª (quarta) emissão pública de debêntures da Emissora.

#### **3.3 Número de Séries e Quantidade de Debêntures**

3.3.1 A Emissão será realizada em 2 (duas) séries, sendo as 500 (quinhentas) debêntures da 1ª série doravante denominadas "Debêntures da 1ª Série" e as 500 (quinhentas) da 2ª série doravante denominadas "Debêntures da 2ª Série", e as Debêntures da 1ª Série conjuntamente com as Debêntures da 2ª Série doravante denominadas "Debêntures", totalizando 1.000 (mil) Debêntures.

#### **3.4 Montante da Emissão**

3.4.1 O montante total da Emissão será de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo).

JUL 05 SP  
13 01 12

7º Oficial do Reg. de Títulos e Documentos  
e Civil de Pessoa Jurídica de Capital

18 JAN. 2012

DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL  
R. XV de Novembro, 201 - F: 3377-7677

### 3.5 Banco Mandatário e Escriturador

3.5.1 O banco mandatário e escriturador da presente Emissão será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, no Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado 'Cidade de Deus', s/n.º, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Mandatário e Escriturador").

### 3.6 Destinação dos Recursos

3.6.1 Os recursos captados através da presente Emissão serão destinados para investimentos em ativos fixos e em capital de giro.

### 3.7 Registro para Distribuição e Negociação

3.7.1 As Debêntures serão registradas (i) para distribuição no mercado primário através do SDT, e (ii) para negociação em mercado secundário através do SND, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a custódia eletrônica das Debêntures e a liquidação financeira realizadas através da CETIP.

3.7.2 As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado e não organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 14 da Instrução CVM 476. Somente investidores qualificados, conforme definidos na Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), e observado o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476, poderão adquirir as Debêntures, ressalvado o disposto no parágrafo 1º do artigo 15 da Instrução CVM 476.

3.7.2.1 Conforme definidos pela Instrução CVM 409, são Investidores Qualificados: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios (em conjunto, "Investidores Qualificados").

JUCESP  
13 01 12

79 Oficial do Reg. de Títulos e Documentos  
e Civil da Pessoa Jurídica da Capital

18 JAN. 2012

DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL  
R. XV de Novembro, 201 - F: 3377-7677

3.7.2.2 Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da presente Emissão todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados.

### 3.8 Colocação e Procedimento de Distribuição

3.8.1 As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de subscrição, de forma individual e não solidária, para a totalidade das Debêntures, nos termos do “Instrumento Particular de Coordenação, Colocação e Distribuição com Esforços Restritos de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, sob Regime de Garantia Firme de Subscrição da Quarta (4ª) Emissão Pública da Votorantim Cimentos S.A.” (“Contrato de Colocação”), com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários (“Coordenadores”), por meio do módulo SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP.

3.8.2 O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 (“Plano de Distribuição”). Para tanto, os Coordenadores poderão acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, conforme definido nesta Escritura.

3.8.3 Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Emissão descrita na presente Cláusula: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados e (ii) as pessoas naturais e jurídicas consideradas Investidores Qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Emissão, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.8.4 A Emissão não poderá ser aumentada em nenhuma hipótese.

3.8.5 A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP e com o Plano de Distribuição previsto nesta Cláusula.

3.8.6 No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando, dentre outros, estar ciente de que (i) a Emissão não foi registrada perante a CVM e a ANBIMA; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e na regulamentação aplicável; e (iii) concorda com todos os termos e condições dessa Emissão.

JUL 30  
13 01 12

7º Oficial do Reg. de Títulos e Documentos  
e Civil de Pessoa Jurídica da Capital

18 JAN. 2012

DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL  
R. XV de Novembro, 201 - F: 3377-7677

3.8.7 Não será concedido qualquer tipo de desconto aos interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Emissão, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica, sem prejuízo da possibilidade de colocação das Debêntures com ágio ou deságio.

3.8.8 Não será constituído fundo de sustentação de liquidez, tampouco será celebrado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado, ainda, contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

#### **4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

##### **4.1. Características Básicas**

###### *4.1.1 Valor Nominal Unitário*

4.1.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Nominal" ou "Valor Nominal Unitário").

###### *4.1.2 Data de Emissão*

4.1.2.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 20 de janeiro de 2012 ("Data de Emissão").

###### *4.1.3 Prazo e Data de Vencimento*

4.1.3.1 O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 76 meses e 11 dias contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 31 de maio de 2018 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.3 abaixo e de resgate antecipado previsto na Cláusula 5.2 abaixo. Na ocasião de cada um dos vencimentos, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos (conforme definidos abaixo), calculados na forma prevista nesta Escritura.

###### *4.1.4 Forma e Emissão de Certificados*

4.1.4.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelares ou certificados.



JUCESP  
13 01 12

7º Oficial do Reg. de Títulos e Documentos  
e Civil de Pessoa Jurídica da Capital

18 JAN. 2012

DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL  
R. XV de Novembro, 201 - F: 3377-7677

#### 4.1.5 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

4.1.5.1 Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Banco Mandatário e Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade de Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, extrato em nome do Debenturista, expedido pela CETIP.

#### 4.1.6 *Espécie*

4.1.6.1 As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia fidejussória, sem garantia real, nem preferência.

#### 4.1.7 *Conversibilidade*

4.1.7.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

### 4.2 **Subscrição**

#### 4.2.1 *Prazo de Subscrição*

4.2.1.1 As Debêntures serão subscritas e integralizadas, em uma única data, a qualquer tempo, no prazo de até 4 (quatro) dias úteis a contar da data de início da distribuição ("Data de Subscrição").

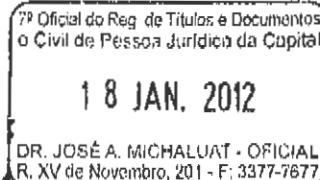
#### 4.2.2 *Preço de Subscrição das Debêntures da 1ª Série*

4.2.2.1 As Debêntures da 1ª Série serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série (conforme definidos abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Subscrição, podendo ser colocadas com ágio ou deságio, a ser definido, se for o caso, no ato de subscrição das Debêntures da 1ª Série.

#### 4.2.3 *Preço de Subscrição das Debêntures da 2ª Série*

4.2.3.1 As Debêntures da 2ª Série serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série (conforme definidos abaixo), calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Subscrição.

JUL 19 2011  
17 03 11



#### **4.3 Integralização e Forma de Pagamento**

4.3.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, na Data de Subscrição, nos termos das Cláusulas 4.2.2 e 4.2.3 acima, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

#### **4.4 Direito de Preferência**

4.4.1 Não há direito de preferência dos atuais acionistas da Emissora na subscrição das Debêntures.

#### **4.5 Atualização do Valor Nominal**

4.5.1 Não haverá atualização do Valor Nominal das Debêntures.

#### **4.6 Remuneração**

4.6.1 *Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série*

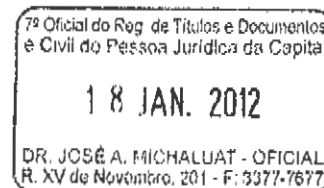
4.6.1.1 As Debêntures da 1ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios equivalentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Over Extra-Grupo, expressas na forma percentual ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxas DI"), acrescida de uma sobretaxa de 1,09% (um inteiro e nove centésimos por cento) ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário de cada Debênture a partir da Data de Emissão ou na data prevista do pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série imediatamente anterior e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo) ("Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série").

4.6.1.2 Os Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série serão pagos semestralmente até a Data de Vencimento, nas datas indicadas abaixo:

20/07/2012
21/01/2013
22/07/2013

JUL 2012  
17 01 12

20/01/2014
21/07/2014
20/01/2015
20/07/2015
20/01/2016
20/07/2016
20/01/2017
20/07/2017
22/01/2018
31/05/2018



#### 4.6.2 *Forma de Cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série*

4.6.2.1 Os Juros Remuneratórios deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{FatorJuros} - 1)$$

onde,

J = valor unitário dos Juros Remuneratórios, acumulado no respectivo Período de Capitalização, devido na data de seu efetivo pagamento, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

onde,

FatorDI = produtório das Taxas DI com uso de percentual aplicado em cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

JUCESP

13 01 12

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde,

k – número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

$n_{DI}$  = número total de Taxas DI, consideradas em cada Período de Capitalização, na apuração do "FatorDI", sendo " $n_{DI}$ " um número inteiro; e

$TDI_k$  = Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

k = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

$DI_k$  = Taxa DI, de ordem k, expressa na forma de percentual ao ano, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

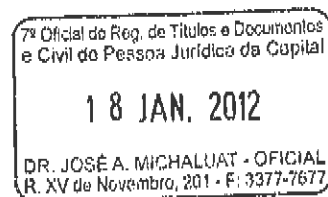
FatorSpread = sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = \left[ \left( \frac{Spread}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right]$$

onde:

spread = 1,0900;

DP = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, e a data atual, conforme o caso, sendo "DP" um número inteiro.



JUCESP

13 01 12

Observações:

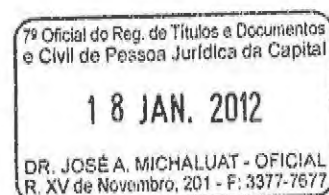
- (i) o fator resultante da expressão  $[1 + (TDI_k)]$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (ii) efetua-se o produtório dos fatores diários  $[1 + (TDI_k)]$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (iv) o fator resultante da expressão  $(FatorDI \times FatorSpread)$  é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- (v) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

4.6.3 *Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série*

4.6.3.1 As Debêntures da 2ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios equivalentes à variação acumulada de 111,00% (cento e onze inteiros por cento) das Taxas DI, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário de cada Debênture a partir da Data de Emissão ou na data prevista do pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série imediatamente anterior e pagos ao final de cada Período de Capitalização ("Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série" e, em conjunto com Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série, apenas "Juros Remuneratórios").

4.6.3.2 Os Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série serão pagos semestralmente nas datas indicadas abaixo:

20/07/2012
21/01/2013
22/07/2013
20/01/2014
21/07/2014



*Handwritten signature and initials.*

JUCESP

13 01 12

20/01/2015
20/07/2015
20/01/2016
20/07/2016
20/01/2017
20/07/2017
22/01/2018
31/05/2018

#### 4.6.4 *Forma de Cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série*

4.6.4.1 Os Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

**J** valor dos Juros Remuneratórios acumulado no período, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

**VNe** Valor Nominal desta Nota Comercial, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

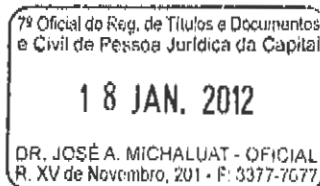
**FatorDI** produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da Data de Emissão, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n \left( 1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

**n** Número total de Taxas DI, sendo "n" um número inteiro;

**p** 111,00;



JUCEP

130112

**TDI<sub>k</sub>** Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{252} - 1$$

onde:

**DI<sub>k</sub>** Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*over extra-grupo*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

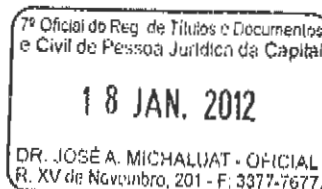
Observações:

- (i) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP;
- (ii) o fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (iii) efetua-se o produtório dos fatores  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e
- (iv) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

#### 4.6.4 *Período de Capitalização*

4.6.4.1 Período de Capitalização corresponde ao intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão das Debêntures, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, exclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de Juros Remuneratórios correspondente ao período em questão, inclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

#### 4.6.5 *Indisponibilidade temporária da Taxa DI*



6 15

JUCESP

13 01 12

4.6.5.1 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.6.5.2 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver o substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas.

4.6.5.3 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação.

4.6.5.4 Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da 1ª Série em circulação e 2/3 (dois terços) das Debêntures da 2ª Série em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias a contar a partir da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida dentre:

- (i) a Emissora resgatará antecipadamente e, conseqüentemente, cancelará a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário não amortizado nos termos desta Escritura, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate e dos Encargos Moratórios (conforme definidos abaixo), se for o caso, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última data de pagamento ou capitalização dos Juros Remuneratórios, conforme o caso. Nesta hipótese, para cálculo dos Juros Remuneratórios aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida; ou



JUCESP

13 01 12

- (ii) a Emissora resgatará antecipadamente, e, conseqüentemente, cancelará a totalidade das Debêntures em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento das Debêntures e as datas de amortização previstas nesta Escritura. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento dos Juros Remuneratórios continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida por Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a respectiva taxa substituta dos Juros Remuneratórios seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis utilizada pela Taxa DI.

#### **4.7 Repactuação**

- 4.7.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

#### **4.8 Amortização**

- 4.8.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 1 (uma) única parcela na Data de Vencimento das Debêntures.

#### **4.9 Condições de Pagamento**

- 4.9.1 *Local de Pagamento e Imunidade Tributária*

4.9.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente no SND, (a) na sede da Emissora ou do Banco Mandatário e Escriturador, ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

4.9.1.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Escriturador, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

JUCESP

13 01 12

#### 4.9.2 *Prorrogação dos Prazos*

4.9.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo, ou ainda, quando não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

#### 4.9.3 *Encargos Moratórios*

4.9.3.1 Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, os quais continuarão a incidir até que o valor devido seja efetivamente pago, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, "Encargos Moratórios").

#### 4.9.4 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

4.9.4.1 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.9.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou do comunicado publicado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário.

#### 4.10 **Publicidade**

4.10.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário do Comércio, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução

JUCESP

13 01 12

CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

#### 4.11 Garantia Fidejussória

4.11.1 Para assegurar o cumprimento de suas obrigações pecuniárias, principais e acessórias, assumidas nesta Escritura, as Intervenientes Garantidoras, por este ato e na melhor forma de direito, prestam fiança em favor dos Debenturistas (“Fiança”), representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiadoras e principais pagadoras dos valores devidos nos termos desta Escritura, conforme os termos e condições abaixo.

4.11.2 As Intervenientes Garantidoras declaram-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadoras e principais pagadoras do valor total da dívida da Emissora oriunda das Debêntures desta Emissão, nos termos desta Escritura e em conformidade com o artigo 818 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil”).

4.11.3 O valor da fiança é limitado ao valor total das obrigações inerentes à Emissão garantido pelas Intervenientes Garantidoras, o qual inclui o pagamento integral: (i) do Valor Nominal das Debêntures ou do saldo do Valor Nominal das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios, Encargos Moratórios e do Prêmio de que trata a Cláusula 5.2.1 abaixo, se for o caso, calculados nos termos desta Escritura; bem como (ii) de todos os acessórios ao principal, inclusive qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de despesas judiciais, extrajudiciais e/ou verbas indenizatórias, quando houver, desde que tais custos ou despesas tenham se mostrado necessários à salvaguarda dos direitos e prerrogativas decorrentes desta Escritura e tenham sido devidamente comprovados à Emissora (“Valor Garantido”). Todo e qualquer pagamento realizado pelas Intervenientes Garantidoras em relação à Fiança ora prestada será efetuado livre e líquido de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais.

4.11.5 De acordo com as demonstrações financeiras de cada Interveniente Garantidora relativas ao exercício social findo em 30 de setembro de 2011, o patrimônio líquido de cada Interveniente Garantidora representa o seguinte percentual do volume da Emissão:

INTERVENIENTE GARANTIDORA	PERCENTUAL EQUIVALENTE AO VOLUME DA EMISSÃO
Votorantim Participações S.A.	2,75%
Votorantim Industrial S.A.	3,35%

18 JAN. 2012

JUEVES

13 01 12

4.11.6 O Valor Garantido será pago pelas Intervenientes Garantidoras em até 1 (um) dia útil após notificação por escrito formulada pelo Agente Fiduciário ou pelos titulares das Debêntures às Intervenientes Garantidoras, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário ou pelos titulares das Debêntures após a ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura ou quando do vencimento antecipado das Debêntures. O pagamento deverá ser realizado, fora do âmbito da CETIP, segundo os procedimentos estabelecidos nesta Escritura, e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário ou dos titulares das Debêntures.

4.11.7 As Intervenientes Garantidoras expressamente renunciaram aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil e artigos 77 e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 ("Código de Processo Civil").

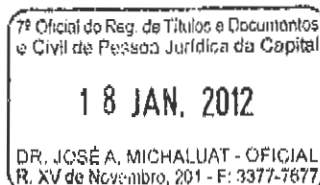
4.11.8 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pelas Intervenientes Garantidoras com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.11.9 As Intervenientes Garantidoras sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a fiança objeto desta Cláusula 4.11, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada por cada Interveniente Garantidora.

4.11.10 A presente fiança entrará em vigor na Data de Emissão das Debêntures e permanecerá válida em todos os seus termos, expirando, independentemente de notificação ao Agente Fiduciário, com o pagamento integral do Valor Garantido, sendo certo que somente a partir de tal data as Intervenientes Garantidoras estarão desobrigadas de efetuar qualquer pagamento relativo a esta Escritura, observado o disposto na Cláusula 4.11.13.

4.11.11 As Intervenientes Garantidoras reconhecem, desde já, como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do Valor Garantido.

4.11.12 A presente Fiança será executada e exigida pelo Agente Fiduciário ou pelos titulares das Debêntures, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação do Valor Garantido.



JUL 05 09

13 01 12

4.11.13 Não obstante qualquer outra disposição aqui constante, a VPAR será liberada de suas obrigações relacionadas à Fiança por ela prestada, mediante o envio de notificação ao Agente Fiduciário nesse sentido, com no mínimo 3 (três) dias úteis de antecedência da data em que a liberação tiver de ocorrer ("Notificação de Liberação"), conforme modelo constante do Anexo 4.11.13, desde que, na data da referida notificação, as seguintes condições estejam cumpridas:

- (i) a VID tenha enviado ao Agente Fiduciário suas demonstrações financeiras relativas ao último trimestre ou ao último exercício fiscal, as quais deverão estar (x) auditadas no caso de demonstrações financeiras relativas ao último exercício social; ou (y) sujeitas à revisão limitada no caso de informações financeiras relativas ao último trimestre disponível, em qualquer caso por auditoria independente internacionalmente reconhecida;
- (ii) ao menos duas agências de classificação de risco tenham atribuído uma nota de classificação de investimento à VID igual ou superior à nota de classificação de crédito atribuída à VPAR imediatamente anterior à tal divulgação;
- (iii) na data desta Escritura, o Total do Ativo da VID seja equivalente a pelo menos 85,0% do Total do Ativo da VPAR, conforme venha a ser razoavelmente determinado por um diretor da VPAR e calculado em bases consolidadas, excluindo quaisquer ativos relacionados ao segmento financeiro da VPAR, conforme definido nas demonstrações financeiras da VPAR; e
- (iv) nenhum Evento de Inadimplemento tenha ocorrido e esteja em curso.

4.11.13.1 No prazo de 3 (três) dias úteis da Notificação de Liberação, o Agente Fiduciário e a VPAR, com a interveniência anuência da VID e da Emissora, deverão celebrar o termo de liberação de fiança, conforme modelo constante do Anexo 4.11.13.1.

## **5. DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA, DO RESGATE ANTECIPADO E DO VENCIMENTO ANTECIPADO**

### **5.1 Aquisição Antecipada Facultativa**

5.1.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476 e demais disposições aplicáveis, adquirir Debêntures em circulação no mercado, observado o disposto no artigo 55, §3º, da Lei das Sociedades por Ações e as regras expedidas pela CVM, devendo tal(is) aquisição(ões) constar(em) do relatório da administração

JUCESP

13 01 12

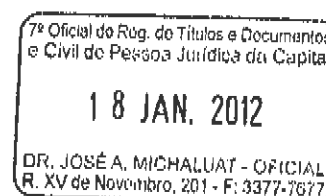
e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de ato deliberativo da Emissora, (ii) permanecer em tesouraria, ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula 5.1.1, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação, observada a restrição para negociação das Debêntures prevista na Cláusula 3.9.2 acima.

## 5.2 Resgate Antecipado

5.2.1 A partir do 25º (vigésimo quinto) mês de vigência das Debêntures, as Debêntures poderão, a critério exclusivo da Emissora, ser facultativamente resgatadas, total ou parcialmente, a qualquer momento, por meio de envio ou de publicação de comunicado aos Debenturistas, nos jornais usualmente utilizados pela Emissora para suas publicações legais, bem como mediante envio de comunicação escrita ao Agente Fiduciário com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, informando: (i) a data do resgate; (ii) a quantidade de Debêntures e a respectiva série que serão resgatadas; e (iii) qualquer outra informação relevante aos Debenturistas. O valor de resgate será equivalente ao Valor Nominal ou saldo do Valor Nominal, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se for o caso, devidos desde a data do último pagamento de Juros Remuneratórios ou amortização até a data do resgate e acrescido de prêmio equivalente à 0,3% (três centésimos por cento) ao ano (“Prêmio”) calculado sobre o Valor Nominal ou saldo do Valor Nominal com base no prazo de vigência remanescente das Debêntures.

5.2.2 Na hipótese de deliberação de resgate antecipado parcial, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser realizado na presença do Agente Fiduciário e com divulgação do resultado a todos os Debenturistas por meio de comunicado, inclusive no que concerne às regras do sorteio, nos termos do artigo 55, §2º, da Lei das Sociedades por Ações.

5.2.3 No caso de resgate antecipado parcial das Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, a operacionalização do resgate antecipado parcial será realizada através de “operação de compra e de venda definitiva no mercado secundário”, sendo que todas as etapas de habilitação dos Debenturistas relacionadas a este processo, tais como a qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Adicionalmente, fica definido que caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o resgate antecipado parcial, não haverá a necessidade de ajuste à presente Escritura ou qualquer outra formalidade.



JUE 30

13 01 12

5.2.4 A CETIP, por meio de carta da Emissora que contenha a ciência do Agente Fiduciário acerca do assunto, deverá ser comunicada da realização do resgate antecipado total com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

### 5.3 Vencimento Antecipado

#### 5.3.1 *Hipóteses de vencimento antecipado*

5.3.1.1 Por meio do Agente Fiduciário, os titulares das Debêntures poderão, observado o disposto nas Cláusulas 5.3.2 e 8.8 abaixo, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se houver, calculados *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão das Debêntures até a data do efetivo pagamento, na ciência da ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada evento, um “Evento de Inadimplemento”):

- (i) (a) pedido de autofalência da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras ou pedido de falência não elidido no prazo; (b) decretação de falência da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras; (c) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras; ou (d) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras;
- (ii) não pagamento pela Emissora das obrigações pecuniárias devidas aos titulares das Debêntures, nas datas de vencimento, exceto nos casos em que haja previsão de prazo de cura específico, conforme aplicável;
- (iii) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária referente à emissão de Debêntures e desde que tal descumprimento não seja sanado no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar do referido descumprimento, exceto nos casos em que haja previsão de prazo de cura específico, conforme aplicável;
- (iv) declaração de vencimento antecipado, por descumprimento contratual, de qualquer dívida da Emissora ou de qualquer empresa controlada pela Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras e de suas Subsidiárias (conforme definidas abaixo), incluindo-se as emissões de debêntures, nos termos do parágrafo 2º do artigo 243 da Lei das Sociedades por Ações, em valor individual ou agregado igual ou superior ao equivalente em Real a US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares) ou seu valor equivalente em outras moedas;
- (v) inadimplemento, em sua respectiva data de vencimento ou após decorrido

1000000000

1000000000

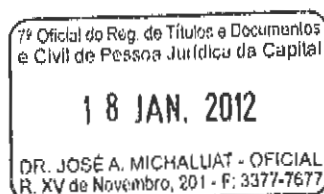
qualquer prazo de cura previsto, no pagamento de qualquer dívida da Emissora ou de qualquer controlada e/ou das Intervenientes Garantidoras e de suas Subsidiárias, em valor individual ou agregado igual ou superior ao equivalente em Real a US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares), ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o não pagamento da dívida na data de seu respectivo vencimento (a) tiver a concordância do credor correspondente, ou (b) estiver amparado por decisão judicial vigente obtida pela Emissora;

(vi) trânsito em julgado de uma ou mais sentenças judiciais, sentenças arbitrais definitivas ou emissão de um ou mais laudos arbitrais definitivos contra a Emissora ou qualquer controlada e/ou contra as Intervenientes Garantidoras ou suas Subsidiárias que resulte(m) ou possa(m) resultar, em conjunto ou isoladamente, em obrigação de pagamento para a Emissora ou para qualquer controlada e/ou para as Intervenientes Garantidoras ou para qualquer Subsidiária de valor individual ou agregado igual ou superior ao equivalente em Real a US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se essa obrigação, cujo valor seja líquido e certo e sobre cujo valor o pagamento não caiba qualquer recurso, ação judicial ou embargo que, em qualquer caso, suspenda a execução, (a) for paga nos termos e prazos estabelecidos na(s) sentença(s) ou no(s) laudo(s) arbitral(is), ou (b) for garantida por ativos suficientes da Emissora, seguro garantia ou carta de fiança no âmbito da execução, desde que, em qualquer dos casos deste subitem (b), seja aceita pelo juízo competente;

(vii) (a) se a VID deixar de possuir, direta ou indiretamente, pelo menos 51% (cinquenta e um inteiros por cento) do capital votante da Emissora, e que lhe assegure o direito de (1) eleger a maioria dos membros do conselho de administração ou diretoria da Emissora e, ainda, (2) dirigir ou orientar o funcionamento e as diretrizes da Emissora, bem como (b) se os controladores da VID deixar de possuir, direta ou indiretamente, pelo menos 51% (cinquenta e um inteiros por cento) do capital votante da VID, e que lhes assegure o direito de (1) eleger a maioria dos membros do conselho de administração ou diretoria da VID e, ainda, (2) dirigir ou orientar o funcionamento e as diretrizes da VID;

(viii) transformação da Emissora em sociedade empresária limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

(ix) caso as Debêntures e/ou a Fiança tornem-se inválidas, ineficazes ou inexecutáveis contra a Emissora e/ou as Intervenientes Garantidoras, conforme o caso, ou caso a executibilidade desse(s) instrumento(s) seja contestada pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Garantidoras ou, ainda, caso a Emissora e/ou as Intervenientes Garantidoras neguem ter responsabilidade sobre esse instrumento;





10059

13 01 12

(x) se a relação dívida financeira líquida/EBITDA da VPAR, enquanto esta permanecer como Interviente Garantidora, for superior a 4,0 (quatro) vezes, calculada anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas da VPAR, ressalvado que o segmento financeiro da VPAR, conforme definido nas demonstrações financeiras da VPAR, deverá ser desconsiderado para fins deste cálculo, sendo que (a) dívida líquida é igual a conta de empréstimos e financiamentos acrescidos dos instrumentos financeiros derivativos e das dívidas com partes relacionadas do passivo circulante e não circulante, menos as contas de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos circulantes e não circulantes ("Dívida Financeira Líquida"), e (b) EBITDA é o lucro dos últimos 2 (dois) semestres fiscais (consolidado e sem duplicações) antes do imposto sobre a renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, das despesas com juros, depreciação e amortização durante cada período, eliminando-se dos cálculos os seguintes ganhos: (1) qualquer receita ou ganho líquido (ou perda líquida), líquido de qualquer efeito fiscal, de qualquer item extraordinário durante o período; (2) qualquer receita de juros durante cada período; (3) ganhos ou perdas na venda de ativos (a não ser venda de ativos considerados como curso normal dos negócios) durante cada período; (4) quaisquer outros itens "não-caixa" deduzidos de ou incluídos no cálculo do lucro líquido antes dos impostos para cada período (a não ser itens que requeiram pagamentos com caixa ou para os quais provisões ou reservas foram ou são requeridas pelas normas contábeis geralmente aceitas), incluindo ganhos ou perdas com variação cambial sobre financiamentos ou ajustes de conversão de moeda estrangeira ou correção monetária; e (5) qualquer receita ou ganho líquido (ou perda líquida) em qualquer transação em moeda estrangeira ou posições monetárias líquidas, durante cada período ("EBITDA"). Assim que a Fiança prestada pela VPAR for liberada nos termos da Cláusula 4.11.13 acima, a atual obrigação de observância da relação dívida financeira líquida/EBITDA que recai sobre a VPAR passará automaticamente para a VID, independentemente de qualquer aditamento à presente Escritura.

(xi) vinculação de garantia, exceto nos casos em que haja prévia anuência dos Debenturistas (*negative pledge*), e ressalvadas as Garantias Permitidas da Emissora, das Intervientes Garantidoras e de suas Subsidiárias descritas no subitem (ii.A) (a) a (l), do item (xi), desta Cláusula 5.3.1.1 (em conjunto, "Garantias Permitidas"), sendo que, para os fins desta Escritura:

- (i) Subsidiária significa qualquer sociedade ou outra entidade em que as Intervientes Garantidoras possuam, direta ou indiretamente, mais de 50% (cinquenta por cento) de seu capital social, ressalvado que a Votorantim Finanças S.A., o Banco Votorantim S.A., o Votorantim Bank Limited, a BV Financeira, Crédito, Financiamento e Investimento S.A. e qualquer outra subsidiária direta ou indireta da Votorantim Finanças S.A. que atue, principalmente, no negócio de serviços financeiros e atividades

Handwritten signature/initials.

00000

13 01 12

relacionadas, deverá ser desconsiderada deste conceito; e

(ii) Garantias Permitidas significam:

- (a) qualquer garantia que recaia sobre os estoques ou recebíveis e ativos relacionados (que não aquelas descritas no subitem (c) abaixo), relativos a quaisquer obrigações seguradas da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras e de suas Subsidiárias: (1) em linhas de crédito/financiamento de curto prazo, realizadas no curso normal dos seus negócios; ou (2) em qualquer empréstimo para capital de giro;
- (b) garantias constituídas unicamente para o propósito de assegurar o pagamento, no todo ou em parte, do preço de compra de um ativo ou propriedade adquirida, construída ou melhorada após a data de assinatura da presente Escritura (ou o custo de construção ou melhoria e qualquer comissão ou despesa relacionada a tal transação, incluindo o capital social de qualquer entidade), desde que: (1) o montante agregado principal da dívida garantida por tais gravames não exceda o preço de compra do ativo ou da propriedade adquirida, construída ou melhorada; (2) tais garantias não onerem nenhum ativo ou propriedade que não o ativo ou propriedade então adquirido, construído ou melhorado; e, ainda, (3) sejam outras que não aquelas propriedades sem melhorias sobre a qual a propriedade então construída, ou a melhoria estejam localizadas, e sejam vinculadas a tal ativo ou propriedade no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias a contar da aquisição, construção ou melhoria de tal ativo ou propriedade;
- (c) garantias sobre recebíveis e bens relacionados à exportação, importação ou outras transações comerciais ou referentes a qualquer transação de securitização, desde que o montante agregado de quaisquer recebíveis vendidos ou transferidos em tais transações de securitização não excedam: (1) em relação às transações relativas às receitas provenientes de exportações, 80% (oitenta por cento) das vendas líquidas consolidadas da Emissora e das Intervenientes Garantidoras e de suas Subsidiárias; ou (2) em relação às transações relativas às receitas provenientes de vendas domésticas, 80% (oitenta por cento) das vendas líquidas consolidadas dentro do país de operação da Emissora e das Intervenientes Garantidoras e de suas Subsidiárias;
- (d) garantias concedidas para assegurar empréstimos junto ao (1) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ou qualquer outro banco de

W

JUCESP

13 01 12

desenvolvimento público brasileiro ou instituição de crédito; ou (2) qualquer seguradora, banco ou agência internacional de desenvolvimento e de importação e exportação;

- (e) garantias existentes na data de assinatura da presente Escritura;
- (f) garantias sobre bens ou ações do capital social de outra entidade no momento em que tal entidade passar a pertencer ao grupo econômico da Emissora c/ou das Intervenientes Garantidoras e de suas Subsidiárias, desde que tais garantias não se estendam a qualquer outro bem de propriedade de referida entidade;
- (g) garantias sobre bens no momento em que tal entidade ou qualquer de suas subsidiárias adquiram tal bem, incluindo qualquer aquisição por meio de fusão com, ou incorporação dentro de tal entidade ou de uma subsidiária de tal entidade, desde que tais garantias não se estendam a qualquer outro bem de propriedade de referida entidade;
- (h) garantias assegurando uma dívida ou outras obrigações de uma subsidiária da Emissora c/ou das Intervenientes Garantidoras e de suas Subsidiárias em dívida com a Emissora e/ou para as Intervenientes Garantidoras ou com uma subsidiária integral da Emissora c/ou das Intervenientes Garantidoras;
- (i) garantias em favor de cauções, avais ou cartas de crédito emitidas de acordo com a solicitação da, e para a conta de tal entidade, decorrentes do curso regular dos negócios da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras e de suas Subsidiárias;
- (j) garantias assegurando obrigações decorrentes de contratos de *hedge*, não relacionados a propósitos especulativos;
- (k) qualquer garantia estendendo, renovando ou substituindo (ou sucessivas extensões, renovações ou substituições de), no todo ou em parte, qualquer Garantia Permitida, nos termos dos subitens (b), (d), (e), (f) ou (g) acima, desde que tal montante principal garantido não exceda o montante principal da dívida então segurada ao tempo da extensão, renovação ou substituição e desde que tal extensão, renovação ou substituição seja limitada ao todo ou parte do bem segurado pela garantia então estendida, renovada ou substituída (acrescidas das melhorias sobre tais bens); e

JUL 59

13 04 12

(l) qualquer garantia não descrita nos subitens (a) a (k) acima, e desde que assegure dívidas as quais, excluídas as dívidas seguradas por outras garantias permitidas, não excedam o montante agregado principal equivalente a 15% (quinze por cento) do Ativo Tangível Líquido Consolidado das Intervenientes Garantidoras.

(xii) assunção de qualquer nova dívida que conte com cláusula em que as Garantias Permitidas descritas nesta Escritura sejam menos restritivas que as descritas no item (xi) desta Cláusula 5.3.1.1, exceto se a Emissora garantir aos Debenturistas desta Emissão, por meio de aditamento à Escritura, os mesmos direitos dos novos credores.

5.3.2 Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos na Cláusula 5.3.1.1 acima, os Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.3 abaixo, deverão convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data em que constatar sua ocorrência, Assembleia Geral de Debenturistas. Se, em referida Assembleia Geral de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, decidirem por não declarar o vencimento antecipado das Debêntures por qualquer razão que seja, ou, ainda, em caso de suspensão dos trabalhos da Assembleia Geral de Debenturistas para deliberação em data posterior, os Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, não deverão declarar o vencimento antecipado das Debêntures, exceto se o vencimento antecipado das Debêntures estiver fundamentado nas hipóteses constantes dos itens (i) e (ix) da Cláusula 5.3.1.1 acima, casos em que as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

5.3.3 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada (a) à Emissora e às Intervenientes Garantidoras, com cópia à CETIP, e (b) ao Banco Mandatário e Escriturador informando tal evento, para que a Emissora efetue o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios e Encargos Moratórios, se houver, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou do último pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de recebimento da carta encaminhada pelo Agente Fiduciário.

5.3.4 A CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência do pagamento referido na Cláusula 5.3.3 acima.

5.3.5 Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada na Cláusula 5.3.3 acima, além dos Juros Remuneratórios devidos, serão acrescidos ao Valor Nominal das Debêntures os Encargos Moratórios, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento, conforme Cláusula 4.9.3 acima.

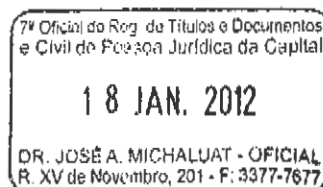
JUCESP

13 01 12

**6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DAS INTERVENIENTES GARANTIDORAS**

6.1 A Emissora adicionalmente se obriga a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
  - (a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou até 10 (dez) dias após a data de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes;
  - (b) dentro de 30 (trinta) dias úteis após sua realização, cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas e fatos relevantes;
  - (c) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora envolvendo procedimento de valor individual ou agregado equivalente a, no mínimo, US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares), em até 30 (trinta) dias úteis após o oferecimento de qualquer forma de resposta, defesa, contestação ou reconvenção, conforme o caso, acompanhada da respectiva cópia destes;
  - (d) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados na Cláusula 5.3.1.1 acima em até 1 (um) dia útil após a sua ocorrência; e
  - (e) dentro de 10 (dez) dias úteis, ou de outro prazo a ser previamente informado pela Emissora ao Agente Fiduciário, no caso do primeiro vir a necessitar de outro prazo e justificar tal necessidade, qualquer informação que razoavelmente venha a ser solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário, desde que tal informação seja indispensável para que este último possa cumprir com suas obrigações decorrentes da presente Escritura e da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28");
- (ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações



Handwritten signature and initials.

JUL 59

13 01 12

financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;

- (iii) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:
  - (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
  - (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
  - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
  - (d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
  - (e) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
  - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente a Instituição Intermediária e o Agente Fiduciário; e
  - (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;
- (iv) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (d) do subitem (iii) acima; (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 1 (um) dia útil a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 28/09, de 2 de abril de 2009;
- (v) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

JUCESP

13 01 12

- (vi) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8ª desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (vii) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (viii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (ix) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (x) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- (xi) não pagar dividendos aos seus acionistas além do mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco inteiros por cento) quando ocorrer qualquer hipótese de declaração de vencimento antecipado não curada que envolver um inadimplemento de obrigação de pagar, no que diz respeito à Emissão;
- (xii) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora;
- (xiii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e
- (xiv) arcar com todos os custos decorrentes (a) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP, (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora, e (c) das despesas com a contratação de Agente Fiduciário e Banco Mandatário e Escriturador.

6.2 As Intervenientes Garantidoras adicionalmente obrigam-se a fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

JUCESP

13 01 12

- (i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou até 10 (dez) dias após a data de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social, acompanhada de parecer dos auditores independentes;
- (ii) informações sobre quaisquer descumprimentos das Intervenientes Garantidoras, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento de tal descumprimento;
- (iii) informações semestrais sobre a manutenção, durante todo prazo da Emissão e desde que haja Debêntures em circulação, da relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA inferior ou igual a 4,0 (quatro) vezes, nos termos da Cláusula 5.3.1.1 (x) acima, com sua respectiva memória de cálculo;
- (iv) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor; e
- (v) fornecer ao Agente Fiduciário dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de demonstrativo de apuração dos índices financeiros previstos na Cláusula 6.2 (iii) acima, com sua respectiva memória de cálculo.

6.3 O Agente Fiduciário não conduzirá nenhum procedimento de verificação independente ou adicional do cumprimento dos índices financeiros previstos na Cláusula 6.2 (iii) e 6.2 (v) acima, exceto pelo recebimento das informações ali previstas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo.

## 7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1 A Emissora constitui e nomeia a PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, acima qualificada, como agente fiduciário desta Emissão, a qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

7.2. A Emissora declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.3 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada,



JUCESP

13 01 12

dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora ou por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação ou pela CVM.

7.3.1 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.2 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

7.3.3 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo da distribuição, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

7.3.4 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

7.3.5 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura.

7.3.6 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.3.7 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;

JUCESP

13 01 12

- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, baseado unicamente nas informações prestadas pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo;
- (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (viii) verificar a regularidade da constituição das garantias, bem como do valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exeqüibilidade;
- (ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- (x) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, às expensas desta;

JUCESP

13 01 12

- (xi) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 4.10 desta Escritura, às expensas da Emissora;
- (xii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xiii) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
  - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
  - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (e) amortização do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário e pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
  - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura e demais documentos da Emissão;
  - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
  - (j) declaração sobre a suficiência e exequibilidade das garantias prestadas nos termos da Cláusula 4.10 acima; e

JUE SP

13 01 12

- (k) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28. Para tanto, a Emissora deverá disponibilizar cópia do organograma atualizado do seu grupo societário, contendo, inclusive controladores, controladas, controle comum, coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.
- (xiv) colocar o relatório de que trata o item (xiii) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:
  - (a) na sede da Emissora;
  - (b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
  - (c) na CVM;
  - (d) na CETIP; e
  - (e) na sede dos Coordenadores;
- (xv) publicar, nos órgãos da imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no inciso anterior;
- (xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário e Escriturador e à CETIP;
- (xvii) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas antecipadamente, se for o caso;
- (xviii) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura e das garantias, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora, na forma desta Escritura, informado prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;

JUCEP

13 01 12

- (xix) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (xx) calcular diariamente o Valor Nominal Unitário das Debêntures, em conjunto com a Emissora, disponibilizando-o aos Debenturistas e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou do site [www.pentagonotrustee.com.br](http://www.pentagonotrustee.com.br); e
- (xxi) acompanhar junto à Emissora e ao Banco Mandatário e Escriturador, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão.

7.5 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes e demais encargos devidos nas condições especificadas;
- (ii) executar as garantias, aplicando o produto no pagamento integral dos Debenturistas;
- (iii) requerer a falência, nos termos previstos na legislação e regulamentação aplicáveis, da Emissora;
- (iv) tomar todas as providências para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial e/ou insolvência da Emissora.

7.6 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.5 (i) a (iv) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar, por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 7.5 (v) acima.

00039  
13 01 12

7.7 Será devido, pela Emissora, ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes a uma remuneração anual de R\$6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) dia útil após a assinatura desta Escritura, e os demais pagamentos, nas mesmas datas dos anos subsequentes.

7.7.1 A remuneração do Agente Fiduciário será acrescida dos seguintes tributos: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); e (iv) CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes correspondentes ao regime de tributação de lucro real pelas instituições financeiras nas respectivas datas de pagamento, de tal forma que tais valores indicados nesta Escritura correspondam a valores líquidos destes tributos incidentes sobre a prestação de serviços de agente fiduciário pelas instituições financeiras.

7.7.2 A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 7.7 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGP-M, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da primeira parcela de que trata a Cláusula 7.7 acima.

7.7.3 A remuneração do Agente Fiduciário será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando, em nome dos Debenturistas, na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

7.7.4 Caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas nesta Escritura ou em caso de reestruturação prévia das condições das Debêntures após a subscrição, será devido, pela Emissora, ao Agente Fiduciário, uma remuneração adicional correspondente a R\$100,00 (cem reais) por hora-homem de trabalho dedicado (i) à assessoria aos Debenturistas; (ii) ao comparecimento em reuniões com a Emissora e/ou com os Debenturistas; (iii) à implantação das consequentes decisões dos Debenturistas e da Emissora; e (iv) à execução das garantias ou para cobrança das Debêntures. A remuneração adicional deverá ser paga mensalmente pela Emissora, ao Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da entrega do relatório demonstrando o tempo dedicado pelo Agente Fiduciário para consecução das atividades listadas acima.

7.7.5 A remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas razoavelmente incorridas pelo Agente Fiduciário no estrito exercício da função de Agente Fiduciário,

( )  
W

JUE 13

13 01 12

conforme sejam comprovadamente necessárias para o exercício de referida função, tais como, notificações, extração de certidões, despesas com viagens e estadias, despesas com especialistas, tais como, auditoria e /ou fiscalização, entre outras.

7.7.6 Em caso de mora no pagamento da remuneração do Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido.

7.7.7 Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate antecipado da totalidade das Debêntures em circulação, fica estabelecido que o Agente Fiduciário deverá devolver à Emissora, no prazo máximo de 72 (setenta e duas horas), a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data do efetivo cancelamento ou resgate da totalidade das Debêntures. Em caso de mora na devolução, a parcela da remuneração em atraso ficará sujeita a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, sendo que a contagem de mora ocorrerá a partir da notificação da Emissora ao Agente Fiduciário nesse sentido.

7.7.8 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá devolver à Emissora, no prazo máximo de 72 (setenta e duas horas), a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição. Em caso de mora na devolução, a parcela da remuneração em atraso ficará sujeita a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, sendo que a contagem de mora ocorrerá a partir da notificação da Emissora ao Agente Fiduciário nesse sentido.

7.7.9 Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando à alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

7.8 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

7.8.1 O ressarcimento a que se refere à Cláusula 7.8 acima será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

  
N

JUL 29

13 01 12

7.8.2 Tais despesas a serem adiantadas ou reembolsadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações judiciais propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas.

7.8.3 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto na legislação aplicável, ressarcidas pela Emissora.

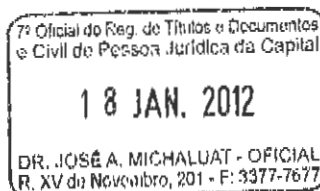
7.8.4 As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência, assim que arbitrada em juízo.

7.8.5 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenham sido saldados na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

7.8.6 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário (i) que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com os Debenturistas; e/ou (ii) relacionados ao cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nesta Escritura de Emissão ou nas garantias, somente serão válidas mediante a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

7.8.7 Nenhuma atribuição ou obrigação tácita será interpretada nesta Escritura contra o Agente Fiduciário. O Agente Fiduciário não será obrigado e/ou vinculado pelas disposições de qualquer outro contrato no qual o Agente Fiduciário não figure como parte e/ou interveniente.

7.8.8 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da





JUCESP

13 01 12

Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora e elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

7.8.9 O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações desta Escritura e dos demais documentos da operação.

7.8.10 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

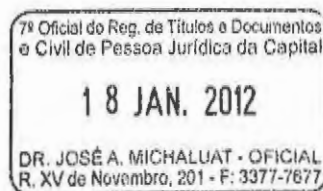
## 8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1 Os Debenturistas da 1ª Série e/ou os Debenturistas da 2ª Série poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da 1ª Série e/ou dos Debenturistas da 2ª Série, conforme o caso ("Assembleia Geral de Debenturistas").

8.2 Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, inclusive no que diz respeito à sua convocação, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

8.3 As Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas da 1ª Série e/ou Debenturistas da 2ª Série que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da 1ª Série em circulação e/ou 10% (dez por cento) das Debêntures da 2ª Série em circulação, conforme o caso, ou pela CVM.

8.3.1 Para efeito da constituição de quórum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula 8ª, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser



*[Handwritten signature]*

JUCESP

13 01 12

excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau e respectivos cônjuges destes últimos.

8.4 As Assembleias Gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures da 1ª Série em circulação e/ou metade das Debêntures da 2ª Série em circulação, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

8.5 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas.

8.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.7 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.8 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma previsto nesta Escritura e nas hipóteses de alteração nas Cláusulas 4.1.3, 4.6, 4.8, 5.2 e 5.3 desta Escritura, as quais dependerão da aprovação de 2/3 (dois terços) das Debêntures da 1ª Série em circulação e/ou 2/3 (dois terços) das Debêntures da 2ª Série em circulação.

8.8.1 A alteração de quórum qualificado previsto na presente Escritura dependerá da aprovação de 90% das Debêntures da 1ª Série em circulação e/ou 90% das Debêntures da 2ª Série em circulação.

8.8.1.1 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido em respectiva Assembleia.

8.9 Para fins de esclarecimento, (a) as matérias relacionadas exclusivamente às Debêntures da 1ª Série deverão ser submetidas apenas à deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas da 1ª Série, (b) as matérias relacionadas exclusivamente às Debêntures da 2ª Série deverão ser submetidas apenas à deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas da

JUL 30

13 01 12

2ª Série, e (c) as matérias relacionadas às Debêntures da 1ª Série e às Debêntures da 2ª Série deverão ser submetidas à deliberação tanto das Assembleias Gerais de Debenturistas da 1ª Série quanto das Assembleias Gerais de Debenturistas da 2ª Série e, neste caso, deverá ser observado o quórum previsto para cada uma delas.

## 9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1 O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- (i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (iv) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (v) sob as penas da lei, não tem nenhum impedimento legal, conforme definido no artigo 66, §3º, da Lei das Sociedades por Ações e no artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (vi) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (vii) aceita integralmente esta Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (viii) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente; e
- (ix) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento. Destaca, ainda, que a verificação pelo Agente Fiduciário a respeito da veracidade das declarações prestadas pela Emissora e pelas Intervenientes Garantidoras se deu através das informações fornecidas pela Emissora,

) m

JUCESP

13 01 12

sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional relativo à veracidade das declarações ora apresentadas, com o que os Debenturistas, ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures, declaram-se cientes e de acordo.

9.2 Adicionalmente, o Agente Fiduciário faz constar que, nesta data, presta serviços de agente fiduciário à Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS, sociedade pertencente ao mesmo grupo econômico da Emissora, em sua 4ª emissão pública de debêntures da espécie subordinada, com vencimento em 1º de fevereiro de 2013, no volume, na Data de Emissão, de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).

## **10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DAS INTERVENIENTES GARANTIDORAS**

10.1 A Emissora declara e garante que:

- (i) é sociedade por ações de capital fechado devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil e dos demais países em que a Emissora possui filiais ou escritórios de representação, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (v) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou

JUCESP

12 01 12

qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCESP e o registro das debêntures na CETIP;

- (vii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
- (viii) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (ix) manterá os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora;
- (x) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, na data em que esta declaração é feita, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;
- (xi) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi determinada por sua livre vontade;
- (xii) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2009 e 2010, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora;
- (xiii) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, incluindo, mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 3.7 acima;
- (xiv) ressalvado o fato de que qualquer não cumprimento (individual ou agregado) não seja razoavelmente considerado como algo que causará um efeito material adverso ("Efeito Material Adverso"), está cumprindo com a legislação ambiental e as licenças ambientais relevantes aplicáveis à condução de seus negócios e à manutenção de suas propriedades, e possui nesta data todas as autorizações e licenças relevantes exigidas para a condução de seus negócios.

0.7  
m

JJCESP

13 01 12

Para os fins deste item (xiv) da Cláusula 10.1, Efeito Material Adverso significa um efeito material adverso: (i) nos negócios, condições (financeiras ou de outra forma), operações, desempenho ou propriedades da Emissora; (ii) na capacidade da Emissora de executar suas obrigações relativas à Emissão; ou (iii) nos direitos e/ou medidas e ações da Emissora (estando certo que no caso de haver algum Efeito Material Adverso, deverá ser contabilizada (na medida correspondente) qualquer apólice de seguro, indenizações e reclamações disponíveis e aplicáveis, uma vez consideradas a natureza e o valor, bem como a probabilidade de recuperação desta referida apólice de seguro, indenizações e/ou reclamações); e

- (xv) salvo nos casos em que, de boa fé, esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução de suas atividades, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social.

10.2.1 As Intervenientes Garantidoras declaram e garantem que:

- (i) estão devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) são sociedades devidamente organizadas, constituídas e existentes, de acordo com as leis brasileiras, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, bem como estão devidamente autorizadas a desempenhar as atividades descritas em seu respectivo objeto social;
- (iii) a fiança ora prestada constitui uma obrigação legal, válida e vinculante das Intervenientes Garantidoras, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (iv) a celebração desta Escritura e a prestação da fiança aqui estabelecida não infringem qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial, contrato ou instrumento do qual as Intervenientes Garantidoras sejam parte, nem irão resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou

JUCESP

13 01 12

bem das Intervenientes Garantidoras ou de qualquer de seus controladores, ou (c) a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; e

- (v) (i) a prestação da Fiança de que trata a Cláusula 4.11.1 acima foi devidamente autorizada por seus competentes órgãos societários, e (ii) todas as autorizações necessárias para a prestação da Fiança foram obtidas e se encontram em pleno vigor.

## 11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- (i) Para a Emissora:

**VOTORANTIM CIMENTOS S.A.**

Praça Prof. José Lannes, nº 40, 9º andar

São Paulo – SP

04571-100

At.: Mario Antonio Bertonecini e Maria Gabriela de Carvalho Woge

Telefone: (11) 3704-3353 // (11) 3704-3028

Fax: (11) 3079-9345 // (11) 3167-1550

e-mail: [mario.bertonecini@vpar.com.br](mailto:mario.bertonecini@vpar.com.br) // [gabriela.woge@vpar.com.br](mailto:gabriela.woge@vpar.com.br)

- (ii) Para o Agente Fiduciário:

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 04, Sala 514

Rio de Janeiro – RJ

22640-102

At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice) / Srtª. Nathalia Machado (Jurídico)

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

e-mail: [backoffice@pentagonotruster.com.br](mailto:backoffice@pentagonotruster.com.br) / [juridico@pentagonotruster.com.br](mailto:juridico@pentagonotruster.com.br)

- (iii) Para as Intervenientes Garantidoras:

**VOTORANTIM PARTICIPAÇÕES S.A.**

Rua Amauri, nº 255, 10º andar

São Paulo – SP

04072-000

At.: Mario Antonio Bertonecini e Maria Gabriela de Carvalho Woge

Telefone: (11) 3704-3353 // (11) 3704-3028

JUCESP

13 01 12

Fax: (11) 3079-9345 // (11) 3167-1550

e-mail: [mario.bertoncini@vpar.com.br](mailto:mario.bertoncini@vpar.com.br) // [gabriela.woge@vpar.com.br](mailto:gabriela.woge@vpar.com.br)

**VOTORANTIM INDUSTRIAL S.A.**

Rua Amauri, nº 255, 13º andar, conj. "A"

São Paulo – SP

01448-000

At.: Mario Antonio Bertoncini e Maria Gabriela de Carvalho Woge

Telefone: (11) 3704-3353 // (11) 3704-3028

Fax: (11) 3079-9345 // (11) 3167-1550

e-mail: [mario.bertoncini@vpar.com.br](mailto:mario.bertoncini@vpar.com.br) // [gabricla.woge@vpar.com.br](mailto:gabricla.woge@vpar.com.br)

(iv) Para o Banco Mandatário e Escriturador:

**BANCO BRADESCO S.A.**

Departamento de Ações e Custódia – DAC

Av. Yara, S/N - Cidade de Deus - Prédio Amarelo – 2º Andar

Osasco – SP

06029-900

At.: Marcelo Poli

Tel.: (11) 3684-3749

Fax: (11) 3684-2714

Email: [4010.mpoli@bradesco.com.br](mailto:4010.mpoli@bradesco.com.br)

(v) Para a CETIP:

**CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS**

Av. República do Chile, nº 230, 11º andar

Rio de Janeiro – RJ

20031-170

Telefone: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308 / (21) 2262-5481

ou

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

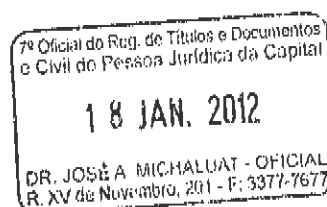
São Paulo – SP

01452-001

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3115-1564





100339

13 01 12

e-mail: [gr.debentures@ectip.com.br](mailto:gr.debentures@ectip.com.br)

11.1.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

11.1.3 As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

11.1.4 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as Partes pela Emissora.

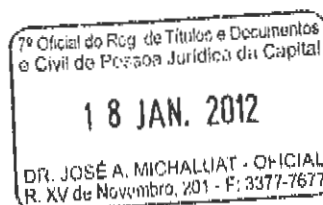
11.2 Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por "dia útil" qualquer dia da semana, exceto sábados, domingos e feriados nacionais ou na Cidade de São Paulo. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de "dia útil", entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

11.3 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras prejudicará o exercício de tal direito, faculdade ou remédio, ou será interpretado como renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Garantidoras nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.4 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.5 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.6 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes



10029

13 01 12

desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

11.7 Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

11.8 Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários e dos instrumentos de garantia relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

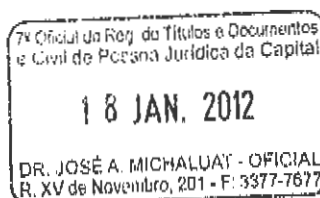
## 12. FORO

12.1 Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 2 de janeiro de 2012.

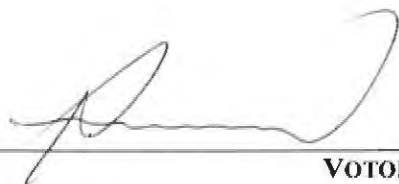
*[restante da página intencionalmente deixada em branco]*



JUCESP

13 01 12

[Página 1/4 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, em Regime de Garantia Firme de Subscrição, da Votorantim Cimentos S.A.]



VOTORANTIM CIMENTOS S.A.

Por:  
Cargo:

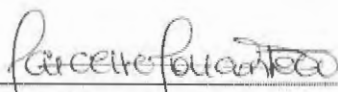
Por:  
Cargo: **Carlos Eduardo de Arruda Boquin**  
Gerente Jurídico



JUCESP

13 01 12

[Página 2/4 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, não Convertíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, em Regime de Garantia Firme de Subscrição, da Votorantim Cimentos S.A.]



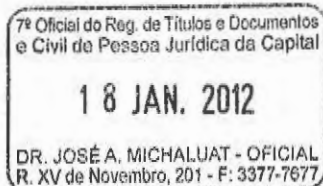
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Por:

Cargo:

**Marcelle Santoro**

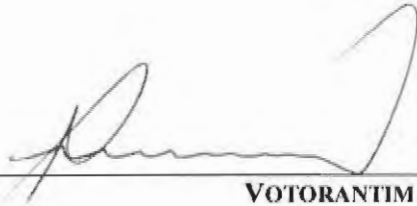
PROCURADOR



JUCESP

13 01 12

[Página 3/4 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, em Regime de Garantia Firme de Subscrição, da Votorantim Cimentos S.A.]

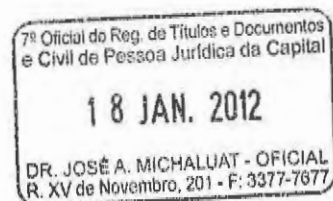


VOTORANTIM PARTICIPAÇÕES S.A.

Por:  
Cargo:

Por:  
Cargo:

**Carlos Eduardo de Arruda Boggio**  
Gerente Jurídico



JUCESP

13 01 12

[Página 4/4 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, em Regime de Garantia Firme de Subscrição, da Votorantim Cimentos S.A.]

   
**VOTORANTIM INDUSTRIAL S.A.**

Por:  
Cargo:

Por: **Carlos Eduardo de Arruda Boggini**  
Cargo: **Gerente Jurídico**

**OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS**  
 Rua XV de novembro, 201 - São Paulo - SP - Tel.: 3377-7477  
 Apresentado hoje, Protocolado e Registrado em MICROFILME sob nº 1.798.129

São Paulo, 18 de janeiro de 2012


Oficial Bel **JOSE ANTONIO MICHALUAT**  
 Selos e Taxas recolhidos por guia

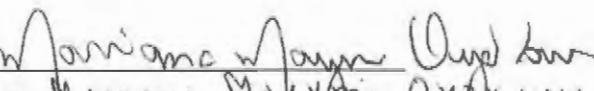
**Total pago R\$ 11.925,01**

Serventário R\$	7.453,13
Ao Estado R\$	2.118,26
IPESP R\$	1.569,08
Registro Civil R\$	392,27
TJ R\$	392,27

1 7 9 8 1 2 9

Testemunhas:

1.   
 Nome: **Paulo Lando Mendi**  
 RG: **43695008x**

2.   
 Nome: **Mariana Mayumi Oyakeawa**  
 RG: **43.760.476-7**

**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
 13 JAN 2012

**SECRETARIA DA FAZENDA**  
**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEBENTURE**

**CERTIFICADO DE REGISTRO**  
 SOB O NÚMERO **KÁTIA REGINA BUENO DE GODOY**  
**SECRETARIA GERAL**

**ED000834-5/000**



**JUCESP**



JUL 59

13 01 12

ANEXO 4.11.13

## MODELO DE NOTIFICAÇÃO DE LIBERAÇÃO

São Paulo, [•] de [•] de [•].

À

**Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 04, Sala 514

Rio de Janeiro – RJ

22640-102

At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira / Srtª, Nathalia Machado

7º Oficial do Reg. de Títulos e Documentos  
e Civil de Pessoa Jurídica da Capital  
DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL

18 JAN. 2012

**MICROFILMAGEM**

1798129

Ref.: Liberação de fiança prestada no âmbito da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, em Regime de Garantia Firme de Subscrição, da Votorantim Cimentos S.A.

Prezados Senhores,

Votorantim Participações S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amauri, nº 255, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.082.582/0001-97, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("VPAR") vem, por meio desta, nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, em Regime de Garantia Firme de Subscrição, da Votorantim Cimentos S.A." ("Escritura de Emissão" e "Emissão", respectivamente), celebrado em 2 de janeiro de 2012, entre a Votorantim Cimentos S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Praça Prof. José Lannes, nº 40, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.637.895/0001-32 ("Emissora"), a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4.200, Bloco 4, Sala 514, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38 ("Agente Fiduciário"), a VPAR e a Votorantim Industrial S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Amauri, nº 255, 13º andar, conj. "A", inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.407.049/0001-51 ("VID"), expor e requerer o que segue.

m  
j

JUL 30

13 01 12

Considerando que:

- (i) a VID enviou ao Agente Fiduciário suas demonstrações financeiras relativas ao [último trimestre, as quais foram objeto de revisão limitada por auditor independente] OU [ao último exercício fiscal, acompanhadas de parecer do auditor independente];
- (ii) duas agências de classificação de risco atribuíram uma nota de classificação de investimento à VID igual ou superior à nota de classificação de crédito atribuída à VPAR imediatamente anterior à tal divulgação;
- (iii) na data da Escritura de Emissão, o Total do Ativo consolidado da VID é equivalente a pelo menos 85,0% do Total do Ativo consolidado da VPAR, excluindo quaisquer ativos relacionados ao segmento financeiro da VPAR, conforme definido nas demonstrações financeiras da VPAR; e
- (iv) nenhum Evento de Inadimplemento (conforme definido na Escritura de Emissão) ocorreu ou está em curso.

A VPAR requer, nos termos da Cláusula 4.11.13 da Escritura de Emissão, a liberação das obrigações relacionadas à fiança prestada pela VPAR no âmbito da Emissão.

Visando efetivar a liberação da fiança prestada pela VPAR, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar desta notificação, a VPAR e o Agente Fiduciário, com a interveniência anuência da VID e da Emissora, deverão celebrar o termo de liberação de fiança, conforme modelo constante do Anexo 4.11.13.1 da Escritura de Emissão.

Sendo o que nos cumpria para o momento, subscrevemo-nos.

---

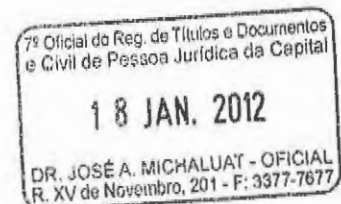
**VOTORANTIM PARTICIPAÇÕES S.A.**

Por:

Cargo:

Por:

Cargo:





JUCESP

13 01 12

ANEXO 4.11.13.1

## MODELO DE TERMO DE LIBERAÇÃO DE FIANÇA

Por meio deste instrumento particular, as partes:

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4.200, Bloco 4, Sala 514, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário"), nomeada neste instrumento para representar a comunhão dos interesses dos Debenturistas da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, em Regime de Garantia Firme de Distribuição, da Emissora ("Debenturistas" e "Emissão", respectivamente), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações");

**VOTORANTIM PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amauri, nº 255, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.082.582/0001-97, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("VPAR"); e

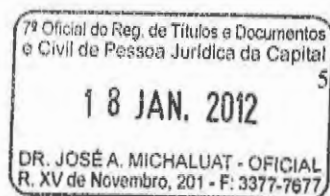
na qualidade de intervenientes anuentes:

**VOTORANTIM CIMENTOS S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Praça Prof. José Lannes, nº 40, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.637.895/0001-32, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora"); e

**VOTORANTIM INDUSTRIAL S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Amauri, nº 255, 13º andar, conj. "A", inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.407.049/0001-51, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("VID").

## CONSIDERANDO QUE:

(A) Em 2 de janeiro de 2012, a Emissora celebrou com o Agente Fiduciário o "Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição



10039

17 01 12

Pública com Esforços Restritos de Colocação, em Regime de Garantia Firme de Subscrição, da Votorantim Cimentos S.A." ("Escritura de Emissão") registrada sob o nº [•] no [•] Cartório de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo e sob o nº [•] no [•] Cartório de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo;

(B) A Cláusula 4.11.13 da Escritura de Emissão prevê a liberação da VPAR como fiadora da Emissora na ocorrência de determinadas condições; e

(C) Em [•], a VPAR comprovou ao Agente Fiduciário o cumprimento das condições previstas na Cláusula 4.11.13 da Escritura de Emissão.

ISTO POSTO, resolvem as partes firmar, nos termos da Cláusula 4.11.13.1 da Escritura de Emissão, o presente Termo de Liberação de Fiança:

Cláusula 1ª Pelo presente, o Agente Fiduciário libera, neste ato, a Fiança prestada pela VPAR, para todos os fins e efeitos legais.

Cláusula 2ª O Agente Fiduciário autoriza, desde já, a Emissora e/ou a VPAR a tomar todas as providências necessárias para o cancelamento dos efeitos produzidos pela Fiança com relação exclusivamente à VPAR, em especial o registro deste instrumento perante o Cartório de Registro de Títulos e Documentos competente, sendo que os custos/emolumentos decorrentes de tal registro correrão por conta da Emissora.

Cláusula 3ª A Fiança prestada pela VID permanece válida, vinculante e exequível de acordo com os termos e condições previstos na Cláusula 4.11 da Escritura de Emissão.

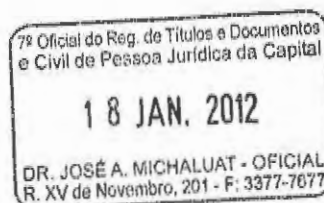
Cláusula 4ª O presente instrumento é celebrado em caráter irrevogável e irretratável e obriga as partes e sucessores a qualquer título.

Cláusula 5ª O presente instrumento será regido pelas leis da República Federativa do Brasil.

Cláusula 6ª As Partes elegem o foro da comarca da capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer disputas oriundas deste instrumento.

São Paulo, [•].

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS



m

JOSÉ

13 11 12

Por:  
Cargo:

---

**VOTORANTIM PARTICIPAÇÕES S.A.**

Por:  
Cargo:

Por:  
Cargo:

Intervenientes Anuentes:

---

**VOTORANTIM CIMENTOS S.A.**

Por:  
Cargo:

Por:  
Cargo:

---

**VOTORANTIM INDUSTRIAL S.A.**

Por:  
Cargo:

Por:  
Cargo:

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:

2. \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:

